

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Desenvolvimento territorial e sustentabilidade

Período de Análise: 01/03/2013 a 31/03/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Financiamentos para agricultura sustentável aumentam 337,4% - Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 05/03/2013	4
Ibama retira de circulação 18 mil m³ de madeira ilegal – Folha de São Paulo, Poder. 06/03/2013	5
Suzano e Veracel negociam desocupações com MST na BA. Stella Fontes – Valor Econômico, Empresas. 06/03/2013	5
Novo cadastro ajudará Brasil a solucionar passivo ambiental. Fabíola Gomes – O Estado de São Paulo, Geral. 11/03/2013	6
Encontro de Produção Agrícola Integrada Sustentável avalia resultados em assentamentos do Ceará – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/03/2013.....	7
Governo não teme Adins contra Código Florestal, diz Izabella Teixeira. Tarso Veloso – Valor Econômico, Política. 12/03/2013	8
Área de proteção integral é melhor contra desmate – Folha de São Paulo, Ambiente. 12/03/2013	8
Ministério da Agricultura lança obra com experiências sustentáveis de sucesso – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 13/03/2013	9
CNA mostra para a Nova Zelândia que agropecuária brasileira cresce de forma sustentável – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 12/03/2013	9
Sociedade civil entrega documento com diretrizes de convivência com o Semiárido a governos e parlamentos – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG). 13/03/2013	10
BNDES anuncia balanço do Fundo Amazônia em 2012 – O Estado de São Paulo, Economia. 13/03/2013.....	12
Povos e comunidades tradicionais debatem sobre desenvolvimento rural sustentável – Site do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/03/2013	12
Nascentes de 21 assentamentos goianos são protegidas – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 21/03/2013	13
Compromisso com o uso sustentável da água – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 22/03/2013	14
Avança projeto de lei que beneficia mineradoras. Marcelo Portela – O Estado de São Paulo, Geral. 22/03/2013	16
Obras em Belo Monte voltam ao normal após desocupação – O Estado de São Paulo, Economia. 22/03/2013.....	18

Incra firma compromissos no Pará em defesa da sustentabilidade nos assentamentos – Site do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/03/2013.....	19
Brasil é líder em reciclagem de embalagens de agrotóxicos – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 25/03/2013.....	20
Terra Legal entrega mais um título urbano em Porto Velho (RO) – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/03/2013.....	21
Mapa incentiva prática de agricultura irrigada – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 26/03/2013	22
Juventude terá destaque em política de agroecologia e produção orgânica – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/03/2013.....	23
“Precisamos ser resilientes, e não sustentáveis” . Camila Nobrega – O Globo, Ciência. 26/03/2013.....	24
Ibama alerta sobre uso de diesel que burla controle de emissões – Valor Econômico, Brasil. 27/03/2013	26
Lições ambientais escavadas no passado da Amazônia . Felipe Sil - O Globo, Ciência. 27/03/2013.....	27
Agricultura e efeito estufa . Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 27/03/2013	29
Amazônia sob controle . Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 28/03/2013	31

Financiamentos para agricultura sustentável aumentam 337,4% - Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 05/03/2013

Região Sudeste foi a que registrou os maiores volumes de aplicações no âmbito do programa ABC

O Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) apresentou níveis de aplicação de recursos elevados entre os meses de julho de 2012 e janeiro de 2013. Os desembolsos totalizaram no período R\$ 1,9 bilhão, 56,1% dos recursos programados de R\$ 3,4 bilhões. Assim, o aumento registrado em relação ao mesmo período da safra anterior foi de 377,4%. Os dados foram divulgados pelo Departamento de Economia Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

A região Sudeste foi a que registrou os maiores volumes de financiamento de investimentos no âmbito do Programa ABC, com destaque para São Paulo e Minas Gerais. Foram aplicados R\$ 874 milhões no período de julho/12 a janeiro/13. O segundo lugar no *ranking* ficou com o Centro Oeste, com aplicações de R\$ 432,4 milhões, seguido pelo Sul, R\$ 421,5 milhões.

Para o secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, Caio Rocha, na medida em que o programa se torna mais conhecido pelos produtores rurais, mais eles procuram as instituições financeiras para a liberação de recursos. A avaliação do secretário é de que até o final do Plano Agrícola e Pecuário, os R\$ 3,4 bilhões disponibilizados para a implementação de projetos devem ser contratados pelo produtor rural. “Isso possibilitará a adoção de práticas conservacionistas nestas propriedades que devem resultar em mais produção, maior produtividade e sustentabilidade ambiental”, destacou Rocha.

Saiba mais:

Programa ABC é uma linha de crédito aprovada pelo Banco Central para financiar os produtores que queiram implantar o Plano ABC em suas propriedades.

O Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC) é um dos planos setoriais elaborados de acordo com o artigo 3º do Decreto nº 7.390/2010 e tem por finalidade a organização e o planejamento das ações a serem realizadas para a adoção das tecnologias de produção sustentáveis, com o objetivo de reduzir a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) no setor agropecuário no País.

Ele é composto por sete programas, seis deles referentes às tecnologias de mitigação, e ainda um último programa com ações de adaptação às mudanças climáticas: Recuperação de Pastagens Degradadas; Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) e Sistemas Agroflorestais (SAFs); Sistema Plantio Direto (SPD); Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN); Florestas Plantadas; Tratamento de Dejetos Animais; Adaptação às Mudanças Climáticas. A abrangência do Plano ABC é nacional e seu período de vigência é de 2010 a 2020.

Ibama retira de circulação 18 mil m³ de madeira ilegal – Folha de São Paulo, Poder. 06/03/2013

Ação reteve mais toras que no ano passado

Uma operação do Ibama conseguiu apreender em um mês mais que todo o volume de madeira em tora ilegal apreendido no Pará em 2012.

Em fevereiro foram tiradas de circulação 18 mil m³ de toras -cerca de 720 caminhões de madeira. Em todo o ano passado os agentes apreenderam 10,5 mil m³ de madeira não beneficiada no Pará.

Só na segunda-feira foram localizados 8.000 m³ em uma fazenda: "Em uma única área de estocagem os fiscais apreenderam 100 toras", afirmou superintendente do Ibama no Estado, Hugo Américo.

Pela primeira vez o Ibama antecipou para fevereiro a operação de combate ao desmate ilegal: "Tradicionalmente se derrubava a floresta no período da seca na Amazônia. Mas percebemos a mudança de comportamento nos infratores e nos adaptamos".

Suzano e Veracel negociam desocupações com MST na BA. Stella Fontes – Valor Econômico, Empresas. 06/03/2013

A Suzano Papel e Celulose e a Veracel Celulose, joint venture entre Fibria e StoraEnso, negociam a liberação de três áreas na Bahia, ocupadas desde segunda-feira por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Via Campesina.

Em nota, a Via Campesina informou que cerca de 1.200 mulheres ligadas ao movimento ocuparam uma área da Veracel no município de Itabela. Outras duzentas famílias ocuparam duas fazendas de eucalipto da Suzano nos municípios de Teixeira de Freitas e Caravelas, "abrindo assim a jornada de mobilização das mulheres no Estado da Bahia".

Conforme a Suzano, "está sendo mantido um clima de comportamento respeitoso entre as partes". As negociações com representantes do MST foram iniciadas. "A empresa espera que a situação se resolva o mais rápido possível e mantém-se aberta ao diálogo com o movimento", informou em nota.

A Veracel, também por meio de nota, afirmou que a ocupação de parte da propriedade da empresa, dedicada ao plantio de eucalipto que está em fase de brotação, surpreendeu a direção, "pois contraria o compromisso feito entre a Veracel e as lideranças dos movimentos sociais, com a mediação do governo do Estado, para a criação de programa de assentamentos sustentáveis".

A joint venture acrescentou que "mantém sua postura de valorizar o diálogo, razão pela qual vem dialogando com as lideranças locais". "Todo esforço está direcionado para retornar às condições de negociação, garantindo a interlocução pacífica e a solução de conflitos, sem, contudo, abdicar da adoção das medidas judiciais cabíveis".

Segundo a Via Campesina, a ocupação das áreas faz parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres, que ocorre em março. “Pela terceira vez consecutiva, as sem-terra ocupam as terras de empresas de eucalipto denunciando à sociedade a ofensiva do agronegócio e os impactos ambientais e sociais que essas empresas provocam na vida da população”, afirmou.

Novo cadastro ajudará Brasil a solucionar passivo ambiental. Fabíola Gomes – O Estado de São Paulo, Geral. 11/03/2013

A realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) permitirá ao Brasil solucionar seu passivo ambiental ao identificar as propriedades rurais que não respeitam as regras para as áreas de preservação e de reserva legal, disse a ministra do Meio Ambiente nesta segunda-feira.

O cadastramento é uma das medidas previstas no Código Florestal, sendo considerado o passo inicial para a implementação deste novo marco.

Sem a regularização ambiental, os produtores podem perder acesso às linhas de crédito governamentais, que tradicionalmente são oferecidas a custos mais baixos para estimular a produção.

"O cadastro ambiental rural vai tirar o 'bode' da sala, porque vai mostrar qual é a realidade e quais são os caminhos inovadores para a regularização ambiental e melhor prática de produção agrícola com sustentabilidade", disse a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

A ministra esteve em São Paulo nesta segunda-feira para assinatura com o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, de um convênio que prevê parcerias para estimular a inscrição de produtores no cadastro e a adesão ao Programa de Regularização Ambiental.

O atual cadastro de propriedades rurais do país do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) indica que existem no país 5,4 milhões de propriedades rurais.

Segundo a ministra, o processo para o cadastro ambiental terá início este ano, podendo ser prorrogado para o próximo ano, caso haja necessidade. Ela acrescentou que as informações ficarão disponíveis no site do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

"Esperamos em 2014 entregar as 5,4 milhões de propriedades rurais deste país totalmente cadastradas", afirmou.

A ministra ressaltou que a ausência de informações preocupa tanto governo como setor produtivo.

"Todo mundo fala isso: nós não sabemos de quanto é este déficit (ambiental) e quanto que se deve", disse a ministra. Este déficit refere-se ao levantamento sobre as propriedades agrícolas em situação irregular em termos de APPs e reservas legais.

Busca de soluções

O cadastramento será feito a partir de banco de dados, que conta imagens de satélites das áreas rurais, que permitem identificar as propriedades, e se elas contam com áreas de preservação permanente (APPs) ou reserva legal.

"Por exemplo, se tiver caso de produtor que tenha desmatado as suas APPs, então este sistema vai mostrar este déficit e ele terá que recuperar estas áreas de preservação permanente", afirmou a ministra.

Ela explicou que a partir desta base de dados será possível buscar soluções para cada propriedade adotando um programa de recuperação com o órgão ambiental estadual, por um prazo que deve variar de acordo com as características das propriedades e dos Estados.

"Nós precisamos do cadastro para poder desenhar Estado a Estado, bioma a bioma, as principais bacias hidrográficas, os principais rios, nascentes... é um trabalho que vai exigir o seu engajamento", disse a ministra.

Encontro de Produção Agrícola Integrada Sustentável avalia resultados em assentamentos do Ceará – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/03/2013

Acontece em Fortaleza, nesta terça (12) e quarta-feira (13), na sede do Incra no Ceará, o encontro do PAIS (Produção Agroecológica Integrada Sustentável). Além do Incra, também participam do evento a Fundação Banco do Brasil e a Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (Assocene), entidades que, juntamente com o Incra-Sede, integram o convênio do País.

O primeiro dia do encontro (12) será destinado à avaliação do convênio, que será feita pelo Incra-Sede e representantes das superintendências da autarquia nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Pernambuco, unidades da federação abrangidas pelo convênio. Já o segundo dia (13) servirá para o Incra apresentar às entidades parceiras o diagnóstico das avaliações e apresentar encaminhamentos para a continuidade do convênio.

O convênio é vinculado ao Programa Terra Sol e prevê a instalação de 200 unidades do País, sendo 50 no Ceará, 50 em Pernambuco, 50 em Alagoas e outras 50 no Rio Grande do Norte. As unidades de Produção Agroecológicas Integradas Sustentáveis (Pais) são tecnologias sociais que objetivam a produção de uma horta integrada à criação de galinhas e exploração de fruteiras em quintais produtivos.

Segundo Eduardo Neto, assegurador do Projeto Terra Sol no Incra/CE, além da implantação das unidades o convênio também objetiva prestar assistência técnica às famílias, capacitação e acompanhamento das unidades. Ele também explica que além de atender o consumo interno das famílias as unidades do País poderão comercializar seus produtos com programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). "Já temos unidades com produção e comercialização sistemática de hortaliças", informou Neto.

Governo não teme Adins contra Código Florestal, diz Izabella Teixeira. Tarso Veloso – Valor Econômico, Política. 12/03/2013

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse hoje, após reunião com a Advocacia-Geral da União e a bancada ruralista do Congresso Nacional, que a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), em andamento em todo o País, não será afetada pela Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) movida pelo Ministério Público da União.

A ação do MPF questiona 39 artigos do Código Florestal sancionado em 2012. Izabella informou a deputados que o governo aguarda uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que confirme a nova legislação.

O Sistema de Informações do CAR, que está sendo implantado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), passa por fase de testes em quatro unidades da federação e ficará à disposição para que os Estados que não dispõem de sistemas próprios possam utilizá-lo.

O ministério já firmou convênios com 19 Estados para implantação do CAR. Até o final de março deverá concluir esta etapa com os oito que ainda restam. "O governo não vai adiar o CAR", garantiu a ministra.

O CAR é gratuito para o agricultor familiar e acontece em duas etapas. Na primeira, o proprietário rural faz seu cadastro de acordo com a opção do seu Estado. O computador emite um recibo de que a propriedade está cadastrada. Na segunda fase, caberá aos órgãos ambientais confirmar as informações prestadas e, em caso de pendências, notificar o produtor.

Área de proteção integral é melhor contra desmate – Folha de São Paulo, Ambiente. 12/03/2013

Estudo comparou áreas de proteção na Amazônia; reservas indígenas foram bem

Um estudo publicado na revista "PNAS" indica que, na hora de evitar o desmatamento da Amazônia, áreas de proteção integral são mais eficazes do que as que permitem a exploração sustentável dos recursos naturais.

Nas áreas de proteção, não é permitido retirar qualquer recurso natural. Nas de exploração, é possível extrair itens como castanhas e óleos de árvores, por exemplo.

Em determinados contextos, quando as pressões de desmatamento são grandes, as reservas indígenas demarcadas também têm um bom resultado em evitar que a floresta seja derrubada.

A discussão sobre a melhor maneira de proteger a floresta tropical há muito tempo divide os ambientalistas.

Agora, um grupo de cientistas, com a participação de Britaldo Silveira Soares Filho, da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), analisou dados de sensoriamento remoto de 292 áreas de preservação.

O estudo destaca que, embora todas as formas de proteção tenham contribuído para diminuir o desmatamento na Amazônia - que atingiu no ano passado sua menor taxa histórica-, a proteção integral ainda manteve mais floresta em pé.

Ministério da Agricultura lança obra com experiências sustentáveis de sucesso – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 13/03/2013

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) lançou nessa terça-feira, 12 de março, em Brasília, o livro *Gestão Sustentável na Agricultura*. O objetivo da publicação é divulgar as experiências sustentáveis de sucesso executadas por organizações ligadas ao agronegócio brasileiro e servir de referência a empresas do setor para a implantação de iniciativas semelhantes, de modo a alcançar padrões elevados de sustentabilidade e competitividade para a agricultura brasileira.

Gestão Sustentável na Agricultura possui 100 páginas com a descrição detalhada das práticas utilizadas pelas empresas para contribuir com o desenvolvimento sustentável da agricultura brasileira. Há também a edição bilíngue (Português – Inglês), para que as técnicas da sustentabilidade possam ser internacionalmente conhecidas. Os cinco mil exemplares da publicação serão distribuídos às embaixadas, organismos internacionais, cooperativas, sindicatos, institutos de ensino e pesquisa, além das Superintendências Federais de Agricultura nos estados.

O Mapa selecionou oito instituições privadas que dão prioridade às técnicas de sustentabilidade no âmbito econômico, social e ambiental. A segunda edição do livro está prevista para o início de 2014.

CNA mostra para a Nova Zelândia que agropecuária brasileira cresce de forma sustentável – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 12/03/2013

As principais características do setor agropecuário brasileiro e as perspectivas de crescimento da produção nacional de grãos e carnes para os próximos anos foram tema de reunião, nesta terça-feira (12/03), na sede da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em Brasília, com empresários da Nova Zelândia. Os vice-presidentes

diretores da CNA, Eduardo Riedel e Carlos Sperotto, receberam a missão empresarial que integra a comitiva do primeiro-ministro neozelandês, John Key, no Brasil.

Riedel, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso do Sul - FAMASUL, afirmou, durante o encontro, que a produção agropecuária brasileira cresce de forma sustentável, ocupando 27,7% do território nacional, enquanto 61% do País está preservado. Lembrou que o novo Código Florestal, aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República no ano passado, estabelece regras severas para o setor produtivo, o que dificulta a abertura de novas áreas de produção.

Segundo ele, o crescimento da produção agropecuária tem como base os investimentos em tecnologia específica para o setor. Essa postura garantiu um aumento de 247,13% na produção de grãos entre as safras 1976/1977 e 2010/2011. Em igual período, a área plantada cresceu 33,76% e a produtividade das lavouras subiu 159,46%. As estimativas para a safra 2020/2021 são de aumento entre 20% e 30% na produção de grãos, café, leite, carnes, suco de laranja, papel e celulose, na comparação com a safra 2010/2011.

A cônsul-geral da Nova Zelândia em São Paulo, Karlene Davis, afirmou que os empresários de seu país têm muito interesse em trabalhar com o Brasil, em parcerias direcionadas à melhoria da produtividade das lavouras. O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Rio Grande do Sul - FARSUL, Carlos Sperotto, lembrou que os sistemas de produção do Brasil e da Nova Zelândia são muito parecidos.

“Kiwi Pecuária” – Owen Willians, proprietário da fazenda Kiwi Pecuária, localizada no município de Silvânia (GO), contou sobre sua experiência como investidor da Nova Zelândia no Brasil. Lembrou que a produção no local começou em 2009, após a realização de estudos técnicos. Da área total da propriedade, de 242 hectares, uma parte é ocupada com a reserva legal. Segundo ele, 110 hectares são destinados à pastagem irrigada. O cultivo de produtos agrícolas também tem espaço na fazenda, mas a atividade principal é a pecuária leiteira. Duas mil cabeças de gado são criadas na propriedade, onde o rendimento é de 70 mil litros ou 5.000 quilos de sólidos lácteos por hectare. “O retorno auferido sobre os investimentos é muito bom. Ele é cerca de cinco vezes maior do que o obtido por um produtor médio na Nova Zelândia”, afirmou.

Sociedade civil entrega documento com diretrizes de convivência com o Semiárido a governos e parlamentos – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG). 13/03/2013

A atual situação das famílias agricultoras do Nordeste, que vivenciam as consequências da maior estiagem dos últimos 40 anos, tem comprovado a necessidade de que sejam implementadas ações estruturantes que possam estabelecer condições sustentáveis de convivência com o semiárido. Diante dessa conjuntura, movimentos e organizações da sociedade civil produziram um conjunto de “Diretrizes de Convivência com o Semiárido”. O documento será entregue, na próxima quarta-feira (20/03), no Auditório G2 da Universidade Católica de Pernambuco, no Recife, aos governos e ao Poder

Legislativo nos níveis municipais, estaduais e federal. O objetivo é contribuir com a construção de políticas públicas direcionadas a essa região.

As diretrizes apresentadas estão relacionadas aos seguintes eixos: tecnologias sociais; fortalecimento da infraestrutura hídrica e saneamento; reforma agrária e regularização fundiária; política agrícola; assistência técnica e extensão rural; educação contextualizada; soberania e segurança alimentar e nutricional; meio ambiente; e povos e culturas.

A decisão de reunir parceiros para a construção desse documento foi do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, por meio da Fetape, e da Arquidiocese de Olinda e Recife. A produção do texto foi subsidiada pelas experiências de convivência com o semiárido, desenvolvidas pela sociedade civil, nos diferentes estados do Nordeste.

“Temos a consciência de que as iniciativas estruturantes necessárias para a convivência com essa região não podem ser fragmentadas, isoladas. Elas precisam ser trabalhadas na perspectiva da complementariedade, de forma sistêmica e respeitando as características dos estados, a realidade cultural e os saberes de suas populações”, afirma o presidente da Fetape, Doriel Barros.

A expectativa é de que sejam pactuados compromissos para a construção de uma nova realidade para o semiárido. “A sociedade civil, que têm acúmulos nesse debate e traz experiências que comprovam essa possibilidade, precisa ver presente, nesse momento, pessoas e instituições que se comprometam com uma vida digna para as cerca de 25 milhões de pessoas que vivem nessa região”, completa Barros.

Para o momento de entrega do documento, além de autoridades governamentais e parlamentares, são aguardados integrantes de organizações e movimentos sociais, bispos, padres, famílias agricultoras e lideranças sindicais, representando diferentes estados do Nordeste. A presidenta Dilma Rousseff recebeu um convite oficial para participar do evento, no último dia 06, durante uma solenidade da Contag, em Brasília. No entanto, a sua presença ainda está sendo confirmada.

“Pelo fato de o espaço ser pequeno, apenas convidados poderão participar desse evento. A ideia é que sejamos objetivos e cheguemos a um plano que provoque atitudes concretas e que acabe, de uma vez por todas, com esse sofrimento que se arrasta há anos”, explicou o coordenador arquidiocesano de Pastoral, padre Josenildo Tavares.

Assinam o documento: Arquidiocese de Olinda e Recife, Contag, Federações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais dos nove estados do Nordeste, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, CUT/PE, ASA Brasil, Cáritas NE2, Centro Sabiá, Instituto Cidadania do Nordeste, CPT e MST. Os deputados Manoel Santos, de Pernambuco, e Francisco de Assis Quintans, da Paraíba, apoiam a iniciativa.

BNDES anuncia balanço do Fundo Amazônia em 2012 – O Estado de São Paulo, Economia. 13/03/2013

O Fundo Amazônia fechou 2012 com 36 projetos aprovados, no valor de R\$ 439,8 milhões, anunciou na tarde desta quarta-feira o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), gestor do fundo. Do total aprovado, R\$ 134,7 milhões são para ações relacionadas a atividades produtivas sustentáveis, R\$ 154,6 milhões para desenvolvimento institucional de órgãos ambientais, R\$ 45,8 milhões para regularização ambiental e fundiária e R\$ 104,8 milhões para o desenvolvimento científico e tecnológico.

O BNDES informou também que desembolsou R\$ 71,2 milhões do fundo no ano passado. Com esse resultado, desde o início de sua operação, em 2009, o Fundo Amazônia desembolsou um total de R\$ 142,1 milhões. Os desembolsos seguem os cronogramas físico-financeiros dos projetos apoiados, cujos prazos de execução variam de um a cinco anos.

Dentre os resultados obtidos pelos projetos, segundo o BNDES, destacam-se a criação de 135 mil quilômetros quadrados de novas Unidades de Conservação (UCs), a regularização fundiária de 800 propriedades rurais e projetos de produção sustentável em 2,2 mil imóveis. Ao todo, são 560,7 mil quilômetros quadrados de áreas protegidas com gestão ambiental ou fortalecimento de controle de território. Além disso, R\$ 62,7 milhões são destinados a projetos de combate a incêndios florestais e queimadas ilegais.

Povos e comunidades tradicionais debatem sobre desenvolvimento rural sustentável – Site do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/03/2013

Dentre os diversos segmentos de povos e comunidades tradicionais do País, os caiçaras têm lutado pela permanência em sua área de origem, levando em conta o exercício da ocupação tradicional que é a pesca artesanal e a roça de subsistência. Desde 2011, os caiçaras são representados no Comitê Permanente de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), que se reúne, em Brasília, nesta terça (19) e quarta-feira (20).

No encontro, o representante caiçara, Robson Possidonio, ressaltou a importância da iniciativa. Para ele, seu povo tem perdido seu território ao longo dos anos. "Estamos proibidos de pescar e de fazer roça devido à demarcação de uma Unidade de Conservação dentro da nossa área que era onde estava mais preservado, o que mostra o cuidado que temos com a natureza. No comitê podemos discutir nossos direitos e mostrar para o Brasil que existe uma comunidade com as suas culturas e com sua tradicionalidade que também precisa ser preservada", explicou.

Um dos objetivos da reunião do comitê é discutir as propostas que serão levadas à 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, agendada para outubro deste ano, em Brasília. O diretor para Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Edmilton Cerqueira, adiantou que esse

é o momento para os segmentos discutirem suas necessidades e anseios. "Nós estamos preparando a nossa participação na Conferência. O que se espera é que os povos e comunidades tradicionais possam debater suas demandas específicas, suas reivindicações históricas, seus anseios e suas propostas. Será feita uma discussão nacional no que tange ao desenvolvimento rural sustentável e solidário", afirmou.

Pesca artesanal

O comitê recebeu ainda o representante do Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca Artesanal (Dpopa), do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), José Leal, que apresentou os esforços do governo para o desenvolvimento do setor. Segundo o balanço apresentado por ele, 47% da produção pesqueira e aquícola nacional vem da pesca artesanal, ou seja, é resultado do trabalho de 957 mil pescadores em todo o País.

Para que haja o desenvolvimento do setor, o MPA tem investido na qualificação profissional por meio da inclusão digital e cursos de formação, investimentos na cadeia produtiva e ordenamento do setor. "Queremos respeitar a cultura de cada pescador, desenvolvendo a produção e implementando novas tecnologias. Com isso diminuiremos o desperdício e melhoraremos a qualidade de vida dos pescadores", observou Leal.

Na opinião do representante do Movimento Nacional dos Pescadores (Monap), Roberto de Lima, a análise do setor é imprescindível para a sustentabilidade da pesca no País. "Se a gente não fizer esse trabalho de ordenamento, a pesca vai acabar. É preciso fazer esse estudo para sabermos o que estamos fazendo, as espécies que estão entrando em extinção e o manejo adequado para garantir a sustentabilidade da ocupação", frisou.

Comitê

O Comitê Permanente foi criado em 2011 com o objetivo de propor, acompanhar e analisar as ações de uma política pública para o avanço dos povos e comunidades tradicionais do País, entre eles, indígenas, extrativistas e comunidades quilombolas.

Nascentes de 21 assentamentos goianos são protegidas – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 21/03/2013

Em Goiás, o Cerrado ganhará mais um reforço para manter o título de berço das águas no País. É que até o final deste ano, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), autarquia ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), fará o cercamento de 29,67 quilômetros de nascentes em áreas da reforma agrária no estado e situadas nas bacias dos rios Paranaíba, Araguaia e Tocantins.

O trabalho de proteção às nascentes é feito por empresas contratadas por meio de licitação, que também engloba o cercamento da Reserva Legal de 21 assentamentos goianos. Entre nascentes e Reserva Legal serão instalados 191,51 quilômetros de cercas

de eucalipto tratado, que é madeira de reflorestamento, com fios de arame liso galvanizado. O investimento do Governo Federal nestes serviços soma R\$ 1,17 milhão.

O chefe do Serviço de Meio Ambiente do Incra em Goiás, Luciano Valadares, explica que o cercamento das nascentes evita a entrada de gado na área, interrompendo a destruição da vegetação no entorno e a erosão do solo, fatores que podem contribuir para a diminuição da água e o desaparecimento da nascente. “Além de ser uma ação macro em prol do meio ambiente, fazemos esse esforço permanente para o cercamento das nascentes e da Reserva Legal dos assentamentos de Goiás porque esses itens vigoram como condicionantes das Licenças de Instalação e Operação (LIOS) expedidas pelos órgãos ambientais” acrescenta.

Os cercamentos de nascentes e da Reserva Legal são metas a serem cumpridas para a regularização ambiental dos assentamentos, conforme o Plano de Ação contido no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) – celebrado em 2009 entre o Incra, o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama), a Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh), o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público Estadual (MPE).

Relatório

Relatório divulgado em fevereiro deste ano pelo Grupo de Monitoramento do Termo de Ajustamento de Conduta para regularização do passivo ambiental de 243 projetos assentamentos no Estado mostrou progressos para o meio ambiente goiano. Conforme o estudo houve a redução de 4,8 mil hectares de passivo ambiental em área de Reserva Legal de 243 assentamentos criados até dezembro de 2007.

Em 2009, este passivo era de 23,9 mil hectares. Atualmente este número caiu para 19 mil hectares. A expectativa é que ainda em 2013 esta área seja reduzida para 17,4 mil hectares. Num comparativo, isso significa que em 2009 existiam 73 assentamentos sem Reserva Legal devidamente constituída. Em 2012, passou para 41 e até o final deste ano serão apenas 36.

Compromisso com o uso sustentável da água – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 22/03/2013

No ano Internacional de Cooperação pela Água, anunciado pela Organização das Nações Unidas – ONU, e neste Dia Mundial da Água a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA reafirma seu compromisso de promover a troca de experiências entre produtores rurais pelo uso racional e sustentável da água. “Em 1960, a produção de 1 hectare alimentava duas pessoas. Em 2025, o mesmo hectare precisará alimentar cinco pessoas. Por isso, temos investido em estudos e tecnologias para aumentar a área irrigada do Brasil, sem esquecer da preservação dos nossos recursos hídricos”, afirma a Presidente da CNA, Senadora Kátia Abreu.

Esses estudos realizados pelo Sistema CNA/SENAR/ICNA apontam que o Brasil tem grande extensão de solos aptos para a agropecuária, clima favorável e, ainda, a maior disponibilidade hídrica do planeta. “O Brasil abriga 12% da água doce do planeta. Temos essa grande responsabilidade. Nos últimos 40 anos, a produção agropecuária cresceu muito e, mesmo assim, utilizamos apenas 27,7% do território para a produção de alimentos, silvicultura e biocombustíveis. Ou seja, investimos em tecnologia para produzir mais e melhor, preservando a nossa água e nossa biodiversidade”, explica Moisés Gomes, Presidente do Instituto CNA.

Irrigação

Preservar a água é um imperativo. A utilização no processo produtivo, como por exemplo na irrigação, deve ser feita com responsabilidade, tendo como base a vasta pesquisa e tecnologias existentes no Brasil e no mundo. É o que ocorre quando substituímos o modelo tradicional de inundação, no qual a área de cultivo recebe imensa quantidade de água, por sistemas localizados de irrigação – gotejamento e microaspersão. Ou seja, menos água por tonelada produzida, mais eficiência. “O Brasil tem um potencial de 30 milhões de hectares de áreas irrigadas e só utiliza 5 milhões de hectares. Não podemos obstruir nosso potencial para produzir mais”, defende Kátia Abreu.

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente AndreuGuillo, esteve no Senado, esta semana, para debater o Plano de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas. Sobre o Plano de Recursos Hídricos que estão previstos na Lei das Águas, AndreuGuillo disse que “a água é uma ponte virtuosa entre a produção de alimentos (para atender às necessidades da sociedade) e a preservação do meio ambiente”.

ANA e CNA compartilham dos mesmos ideais. “Em 2011, a CNA se tornou membro do Conselho Mundial da Água (CMA), do qual a ANA também faz parte. Assim, podemos acompanhar de perto os debates sobre os recursos hídricos. Temos o compromisso com a preservação ambiental, com o uso racional da água e nos empenhamos no desafio de ajudar a alimentar 9 bilhões de pessoas até 2050 de forma sustentável”, informa Moisés Gomes.

Em 2012, as duas entidades, juntamente com a Embrapa, durante o 6º Fórum Mundial da Água, realizado na França, lançaram uma proposta de Área de Preservação Permanente para o Mundo.

O SENAR

O SENAR tem papel fundamental no projeto de expansão da irrigação no Brasil e no compromisso de aumentar a produtividade no mesmo espaço agricultável do País. É o SENAR quem está disseminando as informações e orientando produtores e trabalhadores rurais sobre as diversas opções de irrigação e sua aplicabilidade na propriedade. “Com ferramentas, técnicas adequadas e informação, o produtor rural pode

umentar sua produtividade, sua renda e preservar os recursos hídricos da sua propriedade”, afirma Daniel Carrara, Secretário-Executivo do SENAR.

Água para exportar mais

Após 10 anos de empenho, a Presidente da CNA, Senadora Kátia Abreu, comemora neste Dia Mundial da Água a inclusão do Projeto da Hidrovia Tocantins no PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. As obras começam em 2014. “A hidrovia é a forma mais barata de escoar a nossa produção. Um navio puxando quatro chatas (balsas) substituem 86 vagões de trem de 70 toneladas e 172 carretas bitrem de 35 toneladas. Teremos competitividade para exportar os nossos produtos”, informou.

A Campanha da ONU

A Organização das Nações Unidas-ONU declarou 2013 como o “Ano Internacional da Cooperação pela Água”. O alvo da ação é estimular a conscientização diante da gestão, acesso e distribuição da Água.

Para a ONU, a quantidade de água existente no planeta é mais do que suficiente para atender as necessidades de toda a população mundial, no entanto, 11% dos habitantes da Terra, cerca de 783 milhões de pessoas, não tem acesso à água potável e 37% vivem sem esgoto.

A Unesco foi a agência da ONU escolhida para liderar todas as atividades relacionadas ao Ano Internacional para a Cooperação pela Água. Celebrações e eventos irão ocorrer ao longo de 2013 na sede da Unesco, em Paris, mas também em várias outras cidades do mundo.

Avança projeto de lei que beneficia mineradoras. Marcelo Portela – O Estado de São Paulo, Geral. 22/03/2013

Ambientalistas de Minas Gerais estão se mobilizando para tentar impedir a aprovação, pela Assembleia Legislativa do Estado, de um projeto que autoriza mineradoras a dragarem o fundo de rios de preservação permanente. O projeto de lei 3.614/12, já aprovado em primeiro turno, autoriza o "revolvimento de sedimentos para a lavra de recursos minerais" em rios como o São Francisco, o Jequitinhonha, o Cípo e outros que integram a Bacia Hidrográfica do São Francisco. O texto está pronto para ser votado em segundo turno e, se for aprovado, dependerá apenas de sanção do governador Antonio Anastasia (PSDB) para entrar em vigor.

O projeto, apresentado pelo deputado Lafayette de Andrada (PSDB) em dezembro, passou pelas comissões de Constituição e Justiça e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e, entre os dias 5 e 11, acabou aprovado em plenário. No dia seguinte, o deputado Célio Moreira (PSDB), relator do projeto na Comissão de Meio Ambiente - que preside -, já deu parecer favorável à sua aprovação, mas a Casa entrou em recesso pouco depois.

"A aprovação desse projeto no apagar das luzes, mesmo com parecer contrário da Secretaria de Meio Ambiente, pegou todo mundo de surpresa. Alguns desses trechos são importantes áreas de piracema", observou Maria Dalce Ricas, superintendente da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda). Ela contou que apelou até ao governador - que tem maioria no Legislativo. Mas o texto continua na pauta.

O autor do projeto, porém, afirmou que estaria disposto até a retirar a proposta. Lafayette de Andrada disse que o objetivo era permitir apenas a extração artesanal, com autorização de órgãos ambientais, de areia e cascalho, que eram exercidas em municípios à beira do Rio Grande antes de aprovação de lei, em 2004, vetar a atividade. Segundo o deputado, foram "inseridas" emendas que desvirtuaram o projeto.

"Meu projeto tinha uma linha e agora tem duas páginas. Virou um carrapato carregando um boi. Não sou a favor do monte de loucuras que está lá", garantiu Andrada. O deputado Célio Moreira não foi encontrado para falar sobre o caso.

Fundos setoriais

A área de recursos hídricos está contemplada entre os 16 Fundos de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, sendo dois transversais e 14 relativos a setores específicos, como o CT-Hidro. Conhecidos como fundos setoriais, eles têm como objetivo garantir a ampliação e a estabilidade do financiamento para a área de ciência e tecnologia. Os recursos são oriundos de contribuições incidentes sobre o faturamento de empresas e/ou sobre o resultado da exploração de recursos naturais pertencentes à União. O modelo de gestão é baseado em comitês gestores, cada qual presidido por um representante do MCTI e integrado por representantes de ministérios afins, agências reguladoras, setores acadêmicos e empresariais, além das agências de fomento do ministério – a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O CT-Hidro tem como foco a capacitação de recursos humanos e desenvolvimento de produtos, processos e equipamentos com o propósito de aprimorar o uso dos recursos hídricos por meio de ações nas áreas de gerenciamento, conservação de água no meio urbano, sustentabilidade nos ambientes brasileiros e uso integrado e eficiente da água.

Desde a criação, em 2001, até o ano passado, foram investidos por meio do fundo cerca de R\$ 372 milhões. Segundo Leitão, novos editais já estão previstos para serem lançados no primeiro semestre de 2013. "A ideia é contemplar áreas prioritárias de desenvolvimento científico e tecnológico".

As chamadas, acrescenta o coordenador do MCTI, serão voltadas para projetos nas linhas de pesquisa: qualidade da água, gerenciamento de recursos hídricos, conservação da água, manejo, recuperação e conservação do solo e da biodiversidade, desenvolvimento tecnológico e inovação em recursos hídricos e adaptação e mitigação de mudanças climáticas em recursos hídricos. Para Leitão, o CT-Hidro contribui sobremaneira para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico da gestão de recursos hídricos, consolidando e conferindo aplicabilidade e difusão de conhecimento.

Ele ressalta, ainda, a importância do tema para o sistema de C,T&I no fomento à sustentabilidade ambiental e para o nível de progresso que se deseja que o Brasil alcance nos próximos anos. “A gestão sustentável dos recursos hídricos é integrada e faz parte das prioridades dos investimentos em C,T&I, de forma a promover a melhoria da qualidade e sustentabilidade ambiental bem como o desenvolvimento socioeconômico do país”. Essas ações, diz Leitão, vão ao encontro do estabelecido na Década Brasileira da Água, instituída por meio de decreto de 22 de março de 2005, com o objetivo de promover e intensificar a formulação e a implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água.

Obras em Belo Monte voltam ao normal após desocupação – O Estado de São Paulo, Economia. 22/03/2013

Obras no canteiro ficaram paralisadas nesta quinta-feira, por questões de segurança, após cerca de 60 manifestantes ocuparem o local; não houve tumulto ou depredação

As atividades no canteiro sítio Pimental da hidrelétrica Belo Monte estão normalizadas na manhã desta sexta-feira depois que o local foi desocupado por índigenas, ribeirinhos e colonos na noite de quinta-feira, informou o Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM).

As obras no canteiro ficaram paralisadas na quinta-feira, por questões de segurança, depois que cerca de 60 manifestantes ocuparam o local. Não houve tumulto ou depredação, segundo o CCBM.

A liberação, segundo a Norte Energia, empresa responsável pela obra foi condicionada ao esclarecimento de questões relacionadas aos agricultores e revisão dos prazos das ações relacionadas a índios e ribeirinhos, após reunião na noite da quinta-feira.

A maioria dos colonos que ocuparam Pimental era formada por pessoas que estão em processo de remanejamento da área Paquiçamba, processo realizado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

"Em relação aos colonos, os órgãos do Governo Federal em Altamira (PA) deram os esclarecimentos relacionados à remarcação das terras indígenas da Volta Grande do Xingu", informou a Norte Energia, em nota.

As reivindicações dos indígenas, cerca de 12 das aldeias Muratu e Paquiçamba, já vêm sendo analisadas pela empresa "desde o início do ano, quando entrou em ação o Plano Operativo do Projeto Básico Ambiental - Componente Indígena (PBA-CI)", disse a companhia.

Atualmente cerca de 21 mil trabalhadores atuam nas obras da usina que está sendo construída no rio Xingu, no Pará.

A expectativa é de que a usina entre em operação em 2015 e tenha cerca de 11 mil megawatts (MW) quando estiver totalmente concluída.

A hidrelétrica é um empreendimento da Norte Energia, empresa que tem entre os acionistas a Eletrobras, os fundos Petros e Funcef, Neoenergia, Cemig e Light.

Inkra firma compromissos no Pará em defesa da sustentabilidade nos assentamentos – Site do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/03/2013

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra) reforçou sua estratégia de combate ao desmatamento ilegal e de promoção a alternativas que assegurem a sustentabilidade nos projetos de assentamento no estado do Pará, ao assinar nesta sexta-feira, 22, em Belém, Protocolo de Intenções com o Ministério Público Federal, Termo de Cooperação com o governo estadual, no âmbito do Programa Municípios Verdes e Termo Adesão ao Programa Municípios Verdes com a Federação de Municípios do Pará. O esforço integra as ações do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal, denominado Programa Assentamentos Verdes.

O presidente Carlos Guedes explicou que o Inkra atualiza sua agenda ambiental na Amazônia e reiterou que os compromissos firmados demonstram o reconhecimento da reforma agrária no desenvolvimento da região. “Estamos trazendo para a Amazônia uma agenda ousada em que contamos com a parceria dos municípios, assumimos metas de combater o desmatamento com a implementação do Cadastro Ambiental Rural e regularização fundiária e nos associamos à iniciativas como o Programa Municípios Verdes a fim de darmos respostas à sociedade sobre conjunto de mudanças que estamos propondo”, enfatizou Guedes.

O secretário Extraordinário do Programa Assentamentos Verdes, Justiniano Netto considera que o ingresso do Inkra ao PMV ocorre em um momento importante, pois só é possível enfrentar o desafio ambiental, com o protagonismo local. Para Netto, não se pode falar de desenvolvimento regional no Pará, sem levar em conta os projetos de assentamentos. Ao formalizar a cooperação, reiterou, o governo abre as portas de seu programa, que completa dois anos, e passa a contar com um ente importante na construção do diálogo permanente na busca de um desenvolvimento que esteja associado à sustentabilidade.

Representando a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Pará (Fetagri), Getúlio Jales destaca que para vencer o desmatamento ilegal, é preciso mudar o modo de produção seja do agricultor familiar ou do assentado da reforma agrária. “É preciso que esse público tenha acesso às novas tecnologias, que receba assistência técnica que leve às boas práticas de produção. É preciso valorizar esse agricultor e assegurar condições para que ele produza”.

Para o superintendente do Ibama no Pará, Hugo Américo não é apenas a fiscalização, o comando e controle que vão resolver o problemas do desmatamento, é preciso levar alternativas de produção para que o agricultor se sinta estimulado a preservar os recursos naturais.

O presidente da Famep, Hélder Barbalho, considera que a participação do Inca no esforço de combate ao desmatamento é mais um passo estratégico para que o Pará possa produzir com sustentabilidade. “A união dos entes federados, das organizações sociais, da representação dos movimentos de trabalhadores é um passo importante para avançarmos na gestão ambiental”.

O procurador da República, Daniel Azeredo avalia que o protocolo de intenções firmado com o Inca é um marco que rompe com alguns paradigmas. “O Inca assume um compromisso bem escrito que agora precisa de ações concretas, precisa dar respostas mais rápidas”. Azeredo reiterou que autarquia não pode abrir mão dessa linha que adotou no Pará, e confirmou que em um curto prazo, será estabelecido um Termo de Compromisso com a autarquia, com metas de combate ao desmatamento ilegal, regularização fundiária e prazo para cumprimento de cada etapa.

Representando o governador em exercício Helenilson Pontes, o secretário Especial de Desenvolvimento e Incentivo à Produção, Sidney Rosa disse que o Pará tem 2% do Produto Interno Bruto Brasileiro, 4% população do país, sendo que 20% dessa população são famílias assentadas da reforma agrária. “Por aí se tem uma dimensão do importante papel do Inca no desenvolvimento regional”.

Sidney Rosa avalia que para manter essas famílias no rural é preciso assegurar que elas tenham renda. Ele citou exemplos de recursos que podem ajudar na promoção e inclusão econômica dos assentados, como o Pronaf A, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos, o Plano Safra da Pesca e outros. “Queremos somar, dar uma arrancada, utilizar esses instrumentos para ampliar as metas de desenvolvimento de nosso Estado”.

O Inca assinou pacto semelhante com o governo de Rondônia para a implementação do Cadastro Ambiental Rural e regularização fundiária dos assentamentos daquele estado.

Brasil é líder em reciclagem de embalagens de agrotóxicos – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 25/03/2013

O Brasil continua sendo líder na destinação de embalagens vazias de produtos agrotóxicos. Atualmente, o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), ONG responsável pela destinação final do material, recolhe 94% do total descartado. Nos últimos 13 anos foram mais de 246 mil toneladas de embalagens recicladas. Somente em 2012, foram encaminhadas 37.379 t. A quantidade representa um crescimento de 9% quando comparada a 2011. A expectativa para 2013 é destinar 40 mil toneladas de embalagens vazias.

De acordo com o coordenador de Agrotóxicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Luís Eduardo Rangel, o principal objetivo é dar a destinação correta para as embalagens vazias dos agrotóxicos e diminuir o risco para a saúde das

pessoas e de contaminação do meio ambiente. “A fiscalização é rígida pelas leis de agrotóxicos e de crimes ambientais. As multas podem chegar a R\$ 20 mil no caso de não cumprimento da legislação”, alerta.

Os estados líderes na devolução de recipientes de agrotóxicos, segundo o (inpEV), são Mato Grosso, Paraná, São Paulo e Goiás. De janeiro a dezembro de 2012, os produtores rurais do Mato Grosso devolveram 8,6 mil toneladas (t) de embalagens vazias de agrotóxicos. No Paraná, no mesmo período, foram recolhidas 4,8 mil t, em São Paulo 3,7 mil t e em Goiás foram 3,5 mil t. Os países que mais encaminharam para destinação final, neste mesmo período, foram Alemanha (76%) Canadá (73%) França (66%) Japão (50%) Polônia (45%) Espanha (40%) Austrália (30%) e Estados Unidos (30%).

As embalagens de agrotóxicos são obrigatoriamente recolhidas desde 2002. A nova legislação federal determinou a responsabilidade da destinação final de embalagens vazias para o agricultor, o fabricante e o revendedor. Cada elo da cadeia tem a sua função. Antes da legislação, as embalagens eram enterradas ou queimadas, de acordo com a nova regra, o produtor deve lavá-las e perfurá-las para evitar a reutilização. Esse recipiente pode ficar armazenado na propriedade por no máximo um ano. O revendedor tem a obrigação de indicar os postos de recolhimento na nota fiscal e o fabricante de recolher e dar a destinação final ao material.

Terra Legal entrega mais um título urbano em Porto Velho (RO) – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/03/2013

A capital do estado de Rondônia recebeu neste sábado (23) do Programa Terra Legal, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a doação de mais uma área urbana. Com a presença do secretário Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Serfal/MDA), Sérgio Lopes, o Programa entregou o novo título no distrito de Nova Califórnia, onde moram mais de 1,4 mil famílias. Com a doação desta área de 142 hectares, o município de Porto Velho já recebeu, no total, da União 866 hectares.

“Este é um dos muitos lugares da Amazônia que representam com muita precisão o encontro entre os antigos moradores destas terras com os novos que chegaram nas décadas de 1970 e 1980. O que estamos realizando aqui hoje, é parte do compromisso do Governo Federal com o desenvolvimento sustentável da região. O título da terra garante paz no campo e é acima de tudo uma sólida porta de entrada para as políticas públicas”, afirmou Sérgio Lopes durante o ato de entrega do título urbano ao lembrar que com o documento, a prefeitura agora pode iniciar o processo de regularização dos moradores do distrito.

O Terra Legal realiza a doação para os municípios áreas urbanas localizadas em terras da União. Esta ação envolve, além do MDA, o Ministério das Cidades e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), do Ministério do Planejamento, assegurando aos municípios a posse definitiva das terras e condições para o desenvolvimento da região.

Dessa forma, moradores, comerciantes e empresários têm condição de acessar políticas de crédito e a prefeitura pode receber investimentos dos governos Federal e estadual.

Programa Terra Legal Amazônia

Criado em 2009, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e executado em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Programa Terra Legal Amazônia tem como objetivo regularizar áreas e imóveis localizados em terras públicas federais não destinadas na Amazônia Legal. Incluem-se nessa classificação aquelas que não sejam consideradas reservas indígenas, unidades de conservação, marinha, locais reservados à administração militar e florestas públicas.

Produtores da agricultura familiar e comunidades locais têm prioridade no atendimento do Terra Legal. Os benefícios do programa são diversos, com destaque para a redução do desmatamento e o aumento da produtividade dos agricultores familiares. Ao receber o título de propriedade do terreno, o dono se compromete a cumprir os requisitos legais, como a manutenção da área de preservação permanente ou a reflorestar a área desmatada.

Mapa incentiva prática de agricultura irrigada – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 26/03/2013

Prática de irrigação apresenta melhores resultados em relação ao método de sequeiro

Autoridades agropecuárias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) estudam mecanismos de apoio à prática de agricultura irrigada. O objetivo é garantir a qualidade e o aumento da produção agropecuária fazendo o uso consciente da água e da energia.

Segundo o chefe da Divisão da Agricultura Irrigada do Mapa, José Silvério, as atividades relacionadas à agropecuária são as que mais usam os recursos hídricos. “Estima-se que de mil a 3 mil m³ de água são utilizados para produzir uma tonelada de alimentos de origem vegetal”, disse Silvério ao reforçar que o consumo de água para produzir um hectare de grãos está em torno de 10 mil m³. Esse número chega a ser cinco vezes maior para alimentos de origem animal. De acordo com Silvério, a tecnologia de irrigação intensifica o uso dos solos reduzindo a pressão por abertura de novas áreas, o que contribui para preservação ambiental.

No Brasil, dos 60 milhões de hectares de área plantada, cerca de 4,7 milhões utilizam a prática de agricultura irrigada. Estudos mostram que o método permite a produção de mais de uma safra anual e minimiza os problemas climáticos, especialmente em época de estiagem. José Silvério explica que é notório o aumento de produtividade das culturas e pastagens onde se utiliza essa tecnologia. “Cada hectare irrigado corresponde a três hectares de sequeiro em termos de produtividade física e sete hectares em termos de produtividade econômica”, explicou.

O Plano Brasil Maior atribui ao Mapa à responsabilidade de aperfeiçoar o desenvolvimento tecnológico da agricultura irrigada e sua difusão. Por este motivo, está em processo de análise no ministério o Programa de Incentivo da Agropecuária Irrigada (Pro-Irriga), que pretende ampliar a área irrigada, a produtividade e a qualidade dos produtos agrícolas.

Juventude terá destaque em política de agroecologia e produção orgânica – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/03/2013

Em busca da criação de mais oportunidades para manter jovens agricultores no campo, governo e sociedade civil vão sugerir e debater propostas relacionadas à juventude para serem incluídas no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. O encontro – nesta quarta-feira (27), em Brasília – será a primeira atividade preparatória para a Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e dará sequência a uma série de reuniões, iniciadas em dezembro do ano passado.

O evento coloca a juventude rural com um dos públicos centrais na elaboração do Plano, que vai definir estratégias do Governo Federal para a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. “Os jovens têm protagonismo na construção do documento, assim como as mulheres. O governo entende o perfil inovador do jovem do campo. Ele tem um olhar diferente, preocupado com o meio ambiente, com o uso responsável dos recursos naturais e está sempre aberto às novas tecnologias. Essa postura dialoga com os objetivos do Plano”, afirma a assessora especial para a Juventude do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ana Carolina Silva.

Entre as principais demandas da juventude rural para a elaboração das propostas estão questões como a inclusão produtiva, Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), linhas de crédito facilitadas, educação integral voltada para agroecologia e entrada em programas de compras governamentais.

“Além do apoio à produção, questões de formação e capacitação são fundamentais para o jovem entender melhor o processo da produção orgânica e se aproprie desse conhecimento”, explica Ana Carolina. “A ideia é investir na educação do jovem, de quem o presente e o futuro do rural dependem”, afirma.

Além do MDA, o evento organizado pelo Comitê Permanente de Juventude Rural do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável (Condraf) terá a participação da Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República (SNJ), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); da Educação (MEC); da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT); do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS); e do Trabalho e Emprego (MTE).

Objetivos

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica visa implementar uma nova política que possibilita a melhoria de qualidade de vida da população por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais. Para isso, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica tem como objetivo integrar, articular e adequar programas e ações de transição agroecológica, produção orgânica e base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável.

A versão preliminar do plano passará por um conjunto de contribuições das principais organizações da agricultura familiar e de representantes da agroecologia. Em abril, o documento será encaminhado para a presidência.

“Precisamos ser resilientes, e não sustentáveis”. Camila Nobrega – O Globo, Ciência. 26/03/2013

Fundador de rede global para projetos voltados para mudanças climáticas afirma que é preciso lançar mão de medidas de adaptação em meio ao caos

A princípio, Andrew Zolli pode parecer um futurista catastrófico. Mas, em poucos dedos de prosa, ele se revela um otimista como poucos entre os que lidam com questões relacionadas a mudanças climáticas no mundo. Criador da rede virtual PopTech, que apoia projetos voltados para a solução de problemas ambientais e sociais nas mais diferentes partes do globo, Zoli acredita que pequenas mudanças podem fazer diferença.

Traz, porém, uma proposta polêmica para colocá-las em prática. Em vez de apostar na sustentabilidade, imaginando que um dia as populações habitantes da Terra possam encontrar um equilíbrio saudável, ele acredita que a saída seja outra. É o que Zolli chama de resiliência. Autor do livro “Resilience: Why things bounce back”, recém lançado pela Elsevier no Brasil sob o título “Adapte-se: resiliência — Como pessoas, sociedades e organizações podem enfrentar mudanças e adaptar-se a elas”, ele afirma que não há mais tempo de evitar mudanças. Por isso, propõe que os investimentos sejam canalizados para preparar as pessoas para sobreviverem e até prosperarem em condições ruins, em meio ao desequilíbrio do planeta.

A palavra resiliência tem sido usada com cada vez mais frequência quando se fala em mudanças climáticas. O senhor propõe um novo significado para ela em seu novo livro. Poderia explicá-lo?

A resiliência de que estou falando é uma forma de ajudar pessoas vulneráveis, organizações e sistemas a persistirem, ou até mesmo prosperarem, em meio a interrupções imprevistas. É uma saída para eventos climáticos, por exemplo, que não temos como controlar. Enquanto a sustentabilidade tem como objetivo devolver o mundo ao equilíbrio, a resiliência pode ser encarada como uma alternativa flexível, que busca meios de gerenciar mudanças e adaptações em um mundo bastante desequilibrado.

Diferentemente do que muitos pesquisadores defendem, a resiliência não estaria dentro da sustentabilidade, mas seria uma alternativa a ela, certo?

Sim. Não que ela se distancie de objetivos defendidos pela sustentabilidade. Mas a resiliência não é algo para o futuro, é algo que já estamos aplicando no dia a dia. Várias previsões sobre as mudanças climáticas dizem respeito a décadas a nossa frente. O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (IPCC), por exemplo, tem previsões de elevação de temperatura para 2100. Elas podem ser importantes, mas não são tudo. E o que faremos neste meio tempo? As mudanças não são para o futuro, são para agora. Pensando no país onde moro, os Estados Unidos, por exemplo, o ano de 2012 foi um marco. Julho foi o mês mais quente na história americana, a seca no Centro-Oeste deixou metade do país em estado de emergência e, por fim, o furacão Sandy, que transformou Nova York numa cidade fantasma por dias.

Os primeiros estudos do IPCC apontavam que, se conseguíssemos manter a elevação da temperatura em 2° C, o planeta estaria mais resguardado. Mas, como o senhor apontou, eventos climáticos extremos estão se tornando cada vez mais frequentes e causando mortos. A resiliência é capaz de reduzir as consequências do fenômeno?

Sim, mas é preciso investir nela, é o que apoiamos na Poptech. Há exemplos práticos em curso. No Quênia, por exemplo, há o sistema de seguro KilimoSalama (que significa “Cultivo seguro” e cujo slogan no site é “Já que não podemos controlar o tempo”). É uma parceria entre associações de agricultores, a Fundação Syngenta para Agricultura Sustentável, uma seguradora (UAP) e uma operadora de telecomunicação, a Safaricom. Na hora de comprar as sementes, os agricultores pagam cerca de 5% a mais. Caso haja perda da colheita, eles só precisam ligar — já que estão em regiões isoladas — e recebem o seguro. Há gente querendo levar o projeto para o Brasil em breve. É uma forma de se preparar para catástrofes.

É uma maneira de evitar o deslocamento para outras regiões do país, o que acaba propiciando o surgimento dos refugiados do clima...

Sim. Se houvesse perda completa da colheita, muitas famílias migrariam para a área urbana, criando assim novos problemas, como, por exemplo, o inchaço de cidades, ou o surgimento de moradias irregulares, além de aumento da pobreza. Quando o grupo está preparado para uma catástrofe, as consequências serão sentidas, mas não serão devastadoras. Ou seja, a resiliência deve se tornar também política pública. É bom para todo mundo, reduz custos a longo prazo.

Poderia citar outros exemplos que ponham em prática a resiliência?

Sim, eles estão se multiplicando. Mas há alguns que se tornaram marcos. Um deles é a história do Banco Hancock, no Mississippi, que tem como lema sempre ser o último a fechar, quando os clientes precisarem. Frente aos estragos do Furacão Katrina, em agosto de 2005, enquanto todas as outras instituições fecharam as portas, deixando os cidadãos sem acesso ao próprio dinheiro no momento em que mais precisavam, este

banco fez o contrário. Não só deixou as portas abertas, como aumentou os empréstimos. Como muitas pessoas perderam suas carteiras e principais documentos, não havia como comprovar a própria identidade. Mesmo assim, a instituição liberou dinheiro, tendo como garantia apenas nomes e endereços anotados em cadernos. Como resultado da confiança, 99% das pessoas devolveram o dinheiro ao banco e, poucos meses depois, houve aumento de mais de US\$ 1,5 milhão em depósitos, e 44% no valor das ações. Eles tiveram uma atitude de adaptação em meio ao caos, e os resultados foram melhores do que o esperado.

Como seria esse conceito de resiliência na prática, no caso de planejamentos urbanos?

Não se trata de modernizar prédios apenas e restaurar uma infraestrutura antiga. As cidades são muito frágeis frente a choques imprevistos, como inundações, pandemias, terrorismo ou qualquer apagões de energia. O jeito de combater esses problemas não é apenas construir muros altos. Quando falamos em resiliência, falamos em acomodar as ondas, no caso de uma tsunami, ou seja, fazer com que a catástrofe aconteça causando o menor impacto possível. Há também ações que são desempenhadas em situações de guerra, por exércitos, como pontes temporárias que podem ser ou não posicionadas em rios, e alternativas energéticas que possam compensar problemas.

O senhor não acredita nos investimentos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa? A promessa de governos nas negociações da ONU é que essas medidas possam frear as mudanças climáticas.

Mas não podemos mais. Nós podíamos ter evitado os problemas. Agora não dá mais, os problemas já estão aqui. Não há como dizer que vamos frear as mudanças climáticas, é uma mentira. Aposto na troca de ideias, em soluções locais que possam ser compartilhadas e, em alguns casos, replicadas. O mais urgente é garantir a sobrevivência do maior número de pessoas possível.

Ibama alerta sobre uso de diesel que burla controle de emissões – Valor Econômico, Brasil. 27/03/2013

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) expediu um alerta aos motoristas de veículos movidos a óleo diesel, especialmente ônibus e caminhões, sobre uso irregular de óleo diesel que burla o programa de controle das emissões de gases de efeito estufa. De acordo com o órgão ambiental, os proprietários destes veículos, fabricados a partir de 2012, podem enfrentar problemas técnicos e prejuízos financeiros se optarem pelo uso de alternativas técnicas ilegais.

O Ibama ressaltou que é oferecido no mercado, de forma irregular, serviços que modificam os padrões tecnológicos vindos de fábrica com a instalação de botões, chaves, sensores, software e outros dispositivos para “enganar” o sistema da sétima fase do Programa de Controle da Poluição do Ar para Veículos Automotores (Proconve P7). O instituto informa que tanto quem vende quanto o proprietário do veículo que compra o sistema irregular está sujeito a multas que podem chegar a R\$ 50 milhões.

Os veículos nacionais movidos a diesel, que são fabricados desde 2012, devem contar com equipamentos de controle de emissões com a tecnologia de Redução Seletiva Catalítica (SCR na sigla em inglês). O padrão tecnológico permite o abastecimento com o diesel S50, com baixo teor de enxofre.

O Ibama fez, em nota, um apelo para que os proprietários não cedam a propagandas feitas por fornecedores de equipamentos e serviços ilegais. “Ignorem os anúncios de milagres tecnológicos e financeiros que estão sendo vendidos na internet e em oficinas mecânicas e sejam cidadãos conscientes”, pede o instituto em nota.

Lições ambientais escavadas no passado da Amazônia. Felipe Sil - O Globo, Ciência. 27/03/2013

Arqueólogo estuda sociedades indígenas que viviam na região antes dos portugueses e diz que estrago do patrimônio arqueológico é irreversível

Em um momento de dúvidas sobre a melhor maneira de encontrar uma harmonia entre o desenvolvimento econômico e a proteção ao meio ambiente, a solução pode vir do passado. Assim afirma o arqueólogo Eduardo Neves, professor do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP). O pesquisador estuda, há mais de 20 anos, a complexidade das sociedades indígenas que viviam na Amazônia antes mesmo da chegada dos portugueses.

Em revistas e canais voltados à Ciência fora do país, o brasileiro já foi tema de inúmeras reportagens e também de documentários. No Brasil, onde nasceu, ainda é pouco conhecido. Seu trabalho não é pequeno. Mais de 200 sítios arqueológicos no Brasil já foram descobertos por Neves.

Nesta entrevista, o arqueólogo fala sobre a diversidade biológica da Amazônia e a complexidade das civilizações que ali viveram no passado. Para ele, variedade oposta ao que é proposto hoje, citando a monocultura, criação extensiva de gado, geração de energia e exploração mineral com grandes impactos ambientais.

Em que consiste o trabalho arqueológico na Bacia Amazônica?

Há no novo mundo, em linhas gerais, dois tipos de arqueologia: arqueologia pré-colonial (ou “pré-histórica”, um termo um pouco anacrônico), que trabalha com os períodos anteriores ao início da colonização europeia, e a arqueologia histórica, que trabalha com os períodos posteriores ao início da colonização europeia. A arqueologia pré-colonial é a melhor fonte de informações que temos para entender a história dos povos indígenas que aqui viviam antes da chegada dos europeus. Assim, de maneira bem simples, a arqueologia pré-colonial americana pode ser definida como a história antiga dos povos indígenas que habitavam o continente. No caso da Amazônia, onde ainda é grande a população indígena, ao menos em termos comparativos com outras partes do Brasil, a arqueologia tem tido também um outro foco que é o entendimento da história milenar de relacionamento entre os antigos povos indígenas da região e os ambientes da floresta tropical equatorial.

Por que o senhor decidiu estudar as sociedades indígenas que viviam no Brasil antes da chegada dos portugueses?

Eu sempre gostei muito de história e desde muito criança tinha uma curiosidade imensa em entender como era a trajetória histórica do Brasil antes da chegada dos portugueses. Sempre gostei também de viajar e ir para o mato. Acho que a curiosidade e a vontade de viajar me ajudaram.

Quantas pessoas lá viviam antes da chegada dos portugueses e como era a rotina deles?

Ninguém sabe ao certo quantas pessoas moravam na Amazônia antes da chegada dos portugueses. Os arqueólogos trabalham com a hipótese de que cerca de 5,5 milhões de pessoas viviam em toda a Amazônia no início do século XVI. Há, no entanto, regiões imensas da bacia Amazônica, como os vales dos rios Javari, Juruá, Japurá, a serra do Tumucumaque, o Norte do Mato Grosso, só pra citar algumas áreas, que são virtualmente desconhecidas pela arqueologia. Por outro lado, nos locais onde pesquisas mais sistemáticas foram realizadas, como na região de Santarém ou no litoral do Amapá, há bons elementos para sustentar a hipótese de que algumas partes da Amazônia eram densamente ocupadas no século XVI.

Como é a rotina do trabalho?

Varia muito de caso a caso. Estou no campo agora (no momento da entrevista) em um local perto de Porto Velho com uma equipe pequena de cinco pessoas, mas já coordenei escavações com mais de cinquenta pessoas em um único sítio. É comum que sítios arqueológicos na Amazônia sejam muito grandes, com dezenas de hectares de área e camadas espessas de materiais enterrados. Para trabalhar nesses grandes sítios, são necessárias grandes equipes, o que custa caro. Coordenar um grupo tão numeroso em campo pode ser um pesadelo logístico, já que todos têm que ser alimentados e hospedados, seja em hotéis, pousadas ou acampamentos.

Quais foram as principais descobertas ao longo dos anos?

Não sei se fiz alguma grande descoberta, mas creio que contribuí para o entendimento da história de formação dos solos extremamente férteis conhecidos como terras pretas, que são típicos da Amazônia. Esses solos, além de férteis, têm uma grande estabilidade, o que faz com que mantenham seus nutrientes mesmo sob condições extremas de erosão.

As informações obtidas sobre as sociedades indígenas que viviam na Amazônia antes da chegada dos portugueses dizem algo sobre o país ou sobre nossa colonização?

Toda essa noção de diversidade é absolutamente oposta ao que se tem oferecido como proposta para as formas contemporâneas de ocupação da Amazônia: a monocultura, criação extensiva de gado, geração de energia e exploração mineral. Todas essas atividades, aparentemente complexas, são de fato simplificadoras porque reduzem a um

número pequeno toda a imensa quantidade de variáveis culturais e biológicas que compõem os sistemas socioambientais tradicionais amazônicos. Não estou obviamente propondo que voltemos a viver como no século XIX, mas me parece muito limitante o que temos tido a capacidade de oferecer. A maior característica dos trópicos é a biodiversidade na natureza. Cientistas europeus que estiveram na Amazônia nos séculos passados se impressionaram com a quantidade de formas de vida distintas que constituíram, preservadas em cerâmicas elaboradas, aterros geométricos, canais, alinhamentos de pedras etc.

O senhor diz que as populações prosperavam sem recorrer à agricultura intensiva e ao desmatamento. Pretende criar um debate ambiental sobre o assunto?

A natureza que queremos preservar intocada – um mito romântico urbano – já foi modificada no passado. Para um arqueólogo, a presença humana contemporânea nesses locais contribui para a manutenção da diversidade biológica através do manejo. É o caso, por exemplo, dos castanhais, cuja disseminação no passado foi resultado da atividade humana. Castanhais e terras pretas são recursos naturais que têm uma origem cultural. É óbvio, no entanto, que isso só ocorre e pode ocorrer através de formas de ocupação baseadas na exploração diversificada de recursos e não na monocultura.

O que ainda pretende encontrar e/ou descobrir sobre estas sociedades?

Eu tenho muito interesse em entender como foi o estabelecimento da vida sedentária na Amazônia há cerca de cinco mil anos atrás, porque esse processo ocorreu aparentemente só em algumas áreas e não em outras e é por isso que tenho me dedicado à pesquisa na região do alto Rio Madeira, em Rondônia.

As obras de usinas hidrelétricas na bacia do Rio Amazonas ou outras ações neste sentido podem impactar os sítios arqueológicos?

Não só podem, como têm impactado. E o pior é que a destruição do patrimônio arqueológico é definitiva. Não tem mais retorno. Ao contrário de ecossistemas, que podem, embora sob altos custos, ser reconstituídos, sítios arqueológicos, uma vez destruídos, desaparecem para sempre. A destruição do patrimônio arqueológico é uma tragédia comparável, por exemplo, ao desaparecimento de uma língua indígena.

Agricultura e efeito estufa. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 27/03/2013

Embrapa e Unicamp concluem estudo para reduzir prejuízo ambiental provocado pela atividade produtiva

Medidas capazes de neutralizar os poluentes gerados pela produção de alimentos ganharam um aliado de peso. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

(Embrapa) lançou, nesta quarta-feira (27/03), estudo feito em parceria com a Embaixada Britânica e a Universidade de Campinas (Unicamp) com medições e propostas de mitigação dos prejuízos causados pela atividade. O material, entregue ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) será usado como suporte para ações de combate às mudanças climáticas.

O levantamento “Mitigando Emissões de Gases na Agricultura: Bases para o Monitoramento do Programa ABC” traz uma linha de base de quantificação e monitoramento dos estoques de carbono. Os índices foram aferidos no solo de áreas degradadas e recuperadas por meio de manejo em 242 pontos espalhados por todo o país. Amostras de vegetação nativa também foram recolhidas em cinco diferentes biomas como forma de comparar os dados.

Potencial

A pesquisa sustenta que os sistemas de produção Integração Lavoura Pecuária (ILP) e Integração Lavoura Pecuária Floresta (ILPF) têm potencial para estocar grandes quantidades de carbono. Segundo o levantamento, esses modelos produtivos apresentam, então, capacidade efetiva na redução de emissões de gases de efeito estufa. A proposta é que a medição seja feita com o intervalo de cinco anos e, assim, contribua para uma agricultura mais limpa.

Com os resultados obtidos, será possível fomentar ações voltadas para o combate às emissões geradas pela agricultura e pecuária. O secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA, Carlos Klink, avaliou como positivo o desempenho brasileiro na questão. “Parte do sucesso das políticas decorre da capacidade de quantificar o carbono em cada área da economia”, explicou. “Estamos no caminho certo: a agricultura é o primeiro setor que já vem mostrando esses resultados.”

Além de quantificar a estocagem de carbono em diversos tipos de solo, o estudo pode estimular medidas semelhantes em outros segmentos. De acordo com Klink, iniciativas como esta devem ser replicadas no âmbito de planos setoriais como o da mineração e o da indústria. “A medição traduz a realidade brasileira nessa questão e serve de exemplo para o que está sendo feito nos demais planos setoriais de mitigação e adaptação à mudança do clima”, defendeu o secretário.

Coordenador do estudo, o pesquisador da Embrapa Informática Agropecuária (Campinas-SP), Eduardo Assad, afirmou que os números levantados são fundamentais para o MMA. “Os dados devem ser usados como linha de base para o que acontecerá com o país nos próximos anos”, explicou. “É preciso compará-los com as informações do restante do mundo. Dessa forma, será possível entrar no mercado de carbono e fomentar boas práticas na agricultura”, acrescentou o pesquisador.

Saiba mais

O objetivo do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) organizar e planejar ações com foco na adoção das tecnologias de produção sustentáveis. As iniciativas são adotadas no sentido de responder aos compromissos de redução de emissão de GEE no setor agropecuário assumidos pelo país diante da Organização das Nações Unidas (ONU). O Plano ABC envolve todo o território nacional e vigora de 2010 e 2020.

A estimativa é de um investimento de R\$ 197 bilhões, custeados por fontes orçamentárias e linhas de crédito. Ao todo, sete programas referentes a tecnologias de mitigação e medidas de adaptação compõem o plano.

Amazônia sob controle. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 28/03/2013

Indicativos de desmatamento registrados na região se normalizam. Novas estratégias de fiscalização deram resultado.

Após um pico isolado no ano passado, os indicadores de desmatamento registrados na Amazônia Legal voltaram aos patamares de controle. Os dados do Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (Deter), divulgados na tarde desta quinta-feira (28/03), em Brasília, mostram que as taxas de alteração de paisagem no bioma caíram em relação ao mesmo período anterior. As mudanças nas estratégias de fiscalização aparecem como principais responsáveis pela redução do desflorestamento.

Somente em agosto passado, a região amazônica experimentou devastação ambiental expressiva, com 522 hectares degradados, 220% a mais do que o registrado no mesmo mês de 2011. “Não há indicadores de aumento nem de descontrole. Agosto é um mês de seca, em que há muitos incêndios e, portanto, bastante degradação”, justificou o diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Luciano Evaristo de Menezes.

Caso isolado

Os números mais recentes contabilizados pelo Deter, no entanto, mostram que a alta taxa de agosto foi um caso isolado. Em janeiro deste ano, foram contabilizados apenas 9 km² de devastação. Contra os 22 km² registrados no mesmo mês de 2012, a redução é de 58%. Em fevereiro, os registros seguiram a mesma tendência. Foram 270 km² desmatados, frente aos 307 verificados no mesmo mês do ano anterior, o que representa queda de 12%.

Feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Deter é um levantamento que usa imagens capturadas diariamente por satélite. O objetivo é analisar a mudança de paisagem da Amazônia Legal, que pode ser decorrente de fenômenos como desmatamento e queimadas. O sistema funciona, portanto, como uma espécie de alerta e

suporte para a fiscalização. As áreas degradadas menores que 25 hectares, porém, não são contabilizadas pelo Deter.

Por conta do pico de agosto, o acumulado do Deter apresentou ligeiro aumento. Entre agosto de 2012 e fevereiro deste ano, o satélite do Inpe identificou 1.695,27 km² de destruição florestal, contra os 1.338,84 km² devastados no mesmo período anterior, o equivalente a 26,62%. “É uma informação de apoio à fiscalização”, ponderou o presidente do Ibama, Volney Zanardi Junior. “Mas a intensificação das operações já está trazendo muitos resultados positivos.”

Crimes ambientais

A fiscalização encabeçada pelo Ibama tem se mostrado cada vez mais eficaz. Entre agosto de 2012 e 25 de março deste ano, foram aplicados R\$ 1,4 bilhão em multas por conta de crimes ambientais cometidos na Amazônia Legal. Além disso, as operações realizadas na floresta somam R\$ 15 milhões em bens apreendidos, 187.794,65 de hectares de áreas embargadas e 65.024,99 m³ de madeiras em toras recolhidas pelas equipes.

Para o presidente do Ibama, o sucesso do combate ao desmatamento se deve a medidas como a instalação de bases autônomas e móveis no interior da floresta, com a presença de integrantes da Força Nacional de Segurança Pública e efetivo militar. As equipes se instalam nos pontos críticos da Amazônia, conforme os alertas emitidos com base no Deter. “A fiscalização ocorre todos os dias do ano e já mostra resultados bastante significativos”, avaliou Zanardi.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Karina Kato,
Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria



Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa